

Recursos do BIS não são garantidos

■ Empréstimos prometidos à Coréia não saíram do papel. Brasil vai testar se os créditos existem ou se não passam de 'miragem'

Insemar Gonçalves - 24/11/98

"Temos que decidir se vale à pena sacar esses recursos integralmente, pois são empréstimos, tendo em vista os custos e a confirmação da percepção de que a crise financeira internacional acabou", disse o diretor do BC. "Esse é um cheque especial cujo custo não é barato", assinalou, indicando que o saque da totalidade dos recursos só será feito se comprovada a sua necessidade para pagamentos externos, caso a captação de dinheiro no exterior continue tão cara e tão escassa quanto ainda está hoje. O dinheiro mais em conta é o do acordo *stand-by* com o FMI, que cobra 4,75% ao ano e o prazo é de 5 anos. O mais caro é o dos governos, que será agenciado pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), com prazo de 2 anos para amortização e 4,7% de spread (taxa de risco) sobre a Libor (taxa interbancária de Londres) semestral.

Em fevereiro, deverá ser liberada a segunda parcela do pacote, também de aproximadamente US\$ 10 bilhões e, a partir daí, as demais liberações ficarão condicionadas ao cumprimento das metas de política fiscal, monetária e de balanço de pagamentos embutidas no acordo com o Fundo Monetário.

Os termos do acordo, no tocante às metas quantitativas que formam o compromisso do governo brasileiro junto ao FMI e aos demais credores, ainda não são conhecidos nos seus detalhes. Somente após a aprovação da carta de intenções, agora denominada "memorandum de política econômica" pela direção do Fundo, dia 2 próximo, é que o ministério da Fazenda divulgará quais foram, efetivamente, as metas acordadas com a instituição e como elas se desdobram a cada trimestre até junho próximo.

CLAUDIA SAFATLE

BRÁSILIA - A diretoria do Banco Central ainda não decidiu se vai sacar a totalidade dos quase US\$ 10 bilhões da primeira parcela do pacote de US\$ 41,5 bilhões de ajuda financeira internacional ao Brasil, que estará disponível para o país, no máximo, em 4 de dezembro. Esta será, como disse um diretor do BC, uma "boa oportunidade para dirimir uma dúvida, uma curiosidade a respeito dos recursos bilaterais". Isso porque, quando da montagem do pacote de socorro à Coréia, no ano passado, os governos dos países ricos também anunciaram que compareceriam com uma gorda quantia no pacote financeiro mas, quando o governo coreano tentou sacar, os recursos não estavam de fato disponíveis.

"Esse caso da Coréia deixou uma certa curiosidade nos mercados de que os empréstimos dos governos, os bilaterais, eram uma ilusão", disse o diretor do BC. Na época, não ficou claro se a ajuda dos ricos tinha sido uma miragem ou se o governo da Coréia, na realidade, não precisou sacar. O certo é que esse assunto nunca foi esclarecido e, agora, o governo brasileiro poderá fazer o *tira-teima*.

O aporte dos governos dos países ricos no pacote para o Brasil é de cerca de US\$ 14,5 bilhões. Desse total, o primeiro desembolso, no início de dezembro próximo, será de cerca de US\$ 4 bilhões. Os restantes US\$ 5 bilhões da primeira parcela virão do FMI. A liberação será feita logo depois que o board do Fundo Monetário Internacional (FMI) examinar e aprovar o programa brasileiro, em reunião marcada para o dia 2.